

A VERDADEIRA ESSÊNCIA DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

THE TRUE ESSENCE OF COMPETENCY-BASED PEDAGOGY IN THE
BRAZILIAN EDUCATIONAL CONTEXT

Ciências Humanas • 25/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774078202](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774078202)

Maria Cleudênia de Sousa Bezerra Castro

Ana Aristênia Lima Mendes

José Ernandi Mendes

RESUMO

O presente artigo tem como procedimento metodológico a revisão bibliográfica e como objetivo explicitar como a pedagogia das competências se insere nas práticas pedagógicas das nossas escolas. Como ela reverbera na aprendizagem através da formação destinada aos professores, e que posicionamentos são necessários para seu enfrentamento e superação. Contextualizando o processo histórico da educação no Brasil, conclui-se que houveram mudanças educacionais ocorridas a partir da década de 1990, onde iniciou-se uma gestão por resultados, sob influência da crise do capital, que na busca de se perpetuar busca novas formas de se sustentar.

Palavras-chave: Pedagogia da Competências, Educação, Formação de Professores, Emancipação.

ABSTRACT

This article uses a literature review as its methodological procedure and aims to explain how competency-based education is integrated into the pedagogical practices of our schools. It examines how it impacts learning through the training provided to teachers, and which positions are necessary to address and overcome it. By contextualizing the historical process of education in Brazil, it is concluded that educational changes occurred starting in the 1990s, when results-based management began, influenced by the capital crisis, which, in seeking to perpetuate itself, looks for new ways to sustain itself.

Keywords: Competency-Based Pedagogy, Education, Teacher Training, Emancipation.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a importância da educação e seus desdobramentos são estudadas por diversos teóricos que mostram que o caráter dual, em que a educação destinada à classe dominante é diferente do destinado a classe dominada, perpassa os diversos períodos históricos.

O objetivo essencial da educação que é repassar conhecimentos que contribuam para a formação humana vem paulatinamente sendo substituído a partir das políticas neoliberais que ultrapassam o contexto econômico e possibilitam a entrada de órgãos internacionais no contexto educacional, com a justificativa de investir no referido campo.

A pedagogia das competências afeta tanto professores quanto alunos reforçando o caráter dual da educação quando destina aos filhos dos trabalhadores ensinamentos básicos a fim de tornar-se mão de obra ao sistema, e limita professores através de uma prática prescrita que não contribui para emancipação de uma consciência crítica, ao contrário, valoriza e incentiva práticas de concorrência, individualismo e meritocracia.

As discussões deste artigo estão fundamentadas em autores que compreendem a educação como Cicone e Moraes (2016), Silva (2018), Brandão (2007), Pereira(1990).

DESENVOLVIMENTO

A educação existente em cada período é reflexo do contexto sócio econômico que se vive, desta forma, para compreendê-la como critério essencial ao desenvolvimento humano, bem como elemento indispensável para vida em sociedade, requer um olhar amplo e complexo sendo necessário levantar como cada sociedade

comportava-se, atentando-se a conjuntura existente e os interesses dominantes, perpassando por variados aspectos como social, político, econômico e cultural.

Anterior a qualquer discussão é necessário compreender que neste artigo a educação é entendida como um processo amplo, não se restringindo ao ambiente escolar, pois como fala Brandão (2007,p. 9) “ Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”, assim a educação pode ser observada com o próprio surgimento da sociedade, pois ela se constitui a partir das relações sociais entre os homens, que inicialmente se dá pela necessidade do mesmo subsistir. Na busca por sua sobrevivência o homem modifica a natureza e vai simultaneamente modificando-se e assim, construindo relações sociais.

Se pensarmos a educação em uma sociedade primitiva notar-se-á que ela estava associada ao dia a dia da comunidade, em que os ensinamentos eram repassados através das atividades diárias, ficando as crianças, através da observação, assimilando os conhecimentos e em um momento posterior, executando as atividades que era necessária a própria sobrevivência, como no trabalho, no lazer ou em qualquer outra atuação grupal. Neste entendimento, convergindo com a ideia de Brandão, educação não era destinada a uma pessoa em especial como afirma Ponce:

A sua educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. Mercê de uma insensível e espontânea assimilação do seu meio ambiente, a criança ia pouco a pouco se amoldando aos padrões reverenciados pelo grupo. A convivência diária que mantinha com os adultos a introduzia nas crenças e nas práticas que o seu grupo social tinha por melhores. Presa às costas da sua mãe, metida dentro de um saco, a criança percebia a vida da sociedade que a cercava e compartilhava dela, ajustando-se ao seu ritmo e às suas normas. (PONCE,2001, p.18)

Nesse contexto de socialização, a produção do conhecimento e seu repasse para outros membros da comunidade se mostra como princípio da educação. Educação esta que, mostrada por alguns antropólogos que buscam conhecer determinadas culturas antigas, pouco cita a palavra educação, pois, de acordo com Cicone & Moraes (2016, p.): A educação, compreendida como um processo de apropriação de conhecimentos, valores, hábitos, comportamentos, entre outras coisas é um elemento importante para a produção da existência humana e para que o indivíduo se torne apto à vida social.

A educação, acompanhando as mudanças, perde aos poucos sua característica familiar e vai se alterando, uma vez que, neste cenário, a mesma existia independente da escola, porém, esse período inicial começa a transformar-se com as próprias modificações da sociedade como por exemplo com o surgimento da agricultura -

uma descoberta a partir da observação feita pelas mulheres e a divisão social de classe, que é refletida na exploração do trabalho escravo, responsável por toda produção por meio do trabalho braçal e a classe dominante que destinava seu tempo a atividades voltadas ao pensamento. Esta forma de organização é automaticamente refletida em uma educação dual onde somente as classes dominantes têm acesso.

A sociedade Feudal caracterizada pela economia agrária, que muitas vezes era autossuficiente, pois inexistia o dinheiro, tem outra característica marcante que é a alta influência exercida pela igreja. De posse desse poder a mesma destina a educação quase que exclusivamente a religiosos, continuando o ciclo de uma educação como no modelo destinada a poucos. Cicone e Moraes confirmam a informação da seguinte forma:

“No período feudal, sob a cristandade, a educação foi marcada pelas escolas monacais (locais isolados da vida mundana) próximas de mosteiros que ofereciam formação para os religiosos, quase os únicos a terem acesso à instrução”, justificando, através do poder divino a situação social existente, o que culmina em grande analfabetismo. Cicone e Moraes (2016, p.16)

As cruzadas permitem o surgimento do comércio, possibilitando um desenvolvimento urbano em detrimento ao rural, que dominava até o momento, contribuindo para uma mudança social significativa com o surgimento da burguesia que requisitava por maior

produtividade, e para isso, era necessário a aquisição de novos conhecimentos que aos poucos vão desmontando a classe feudal.

Novos conhecimentos são demandados por essa reestruturação econômica e social, principalmente conhecimentos destinados às profissões que nasciam em meio ao comércio que ganhava cada vez mais força, e que não se sustentava somente através da religião. Aparecem os mestres de ofícios e seus aprendizes denotando um processo de aprendizagem destinado ao trabalho. A classe social que surgia, sedenta de poder, também buscava novos conhecimentos em face a transição do velho sistema feudal ao futuro capitalismo, abrindo as portas ao denominado período Moderno.

Revoluções de diversos segmentos surgem a época – as religiosas, através da reforma protestante, que questiona o poder da Igreja católica; a econômica com a revolução industrial, substituindo o processo artesanal com a introdução da máquina ao processo produtivo, e a própria revolução burguesa trazendo além de poder econômico, também poder político a nova classe que vai ao topo, e substituindo a classe dominada, antes servos e artesão, pelo trabalhador assalariado.

Julgando o período anterior como período das trevas, o Renascimento aparece como nova proposta fundada na racionalidade e na cientificidade, abrindo espaço para que a educação escolar apareça. Cicone e Moraes esclarecem:

É nesse contexto cultural e científico mais amplo que as necessidades de novos setores sociais por uma educação que os preparassem para a liderança e para administração dos negócios e dos assuntos políticos surgiram. Os colégios aparecem e se transformam em um novo espaço de educação para a pequena nobreza e para a burguesia em contraposição à educação medieval. Cicone e Moraes (2016, p.56)

Essa nova proposta não se desvincula da educação dualista exercida até momento haja vista que somente a elite teria acesso ao ensino médio e superior, restando a classe dominada somente o ensino básico, ficando o século XVIII, conhecido pelos avanços com relação a educação laica, gratuita e obrigatória em relação ao ensino elementar. É neste mesmo século que a pedagogia se destaca com a corrente da essência e da existência.

Influenciado pelo viés religioso exercido pela igreja católica a corrente essencialista tem base nos pensamentos de Platão, Aristóteles e São Thomas de Aquino, tendo como principais representantes no campo educacional os Jesuítas, mas é também, no mesmo período, em função dos diversos questionamentos a ordem vigente, principalmente através das reformas, que surge a corrente existencialista. Aqui o questionamento passa a ser se o homem possui de fato uma essência pronta ou se, através da existência, o mesmo está em constante transformação. O embasamento desta nova teoria se dá através do pensamento de Vittorino da Feltre, Erasmo de Roterdã e Montaigne, tendo entre os representantes educacionais, Rousseau e Pestalozzi entre outros.

Suchodolski (2002, p.32) apresenta da seguinte forma: “Deste modo, a pedagogia de Rousseau foi a primeira tentativa radical e apaixonada de oposição fundamental a pedagogia da essência e de criação da perspectiva para uma pedagogia da existência”.

As concepções de Rousseau embasa-se no entendimento de que o homem nasce bom sendo que a sociedade o corrompe. Acrescida a este princípio, o mesmo afirma que o aluno deve ser o centro da educação, fato que pode ser observado em sua obra chamada Emílio, que relata o esforço do preceptor para que a criança tenha sua natureza humana estimulada.

Essa corrente essencialista fundamentada pelos jesuítas influencia a educação Brasileira, pois pouco depois da descoberta, em 1549, os jesuítas desembarcaram na Bahia de São Tomé para catequizar e “instruir” o povo descoberto, através da mudança de seus hábitos para forçar o trabalho regular através da coerção e violência, por um lado e, por outro, inicia as instituições para ensino para pequena parcela da elite, que não era destinada ao trabalho braçal imposta ao primeiro grupo.

A curtos passos, através das reformas pombalina, o ensino jesuítico, através do *Ratum Studiorum* é substituído pelas aulas régias, surgindo as aulas utilitárias como gramática e matemática. Essas mudanças pouco influenciaram na forma e a quem o ensino era destinado, fato que pode ser observado com a lei de 6 de novembro de 1772, que continuava com a característica de dualidade de acesso ao ensino já observado ao longo da história.

A vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, permite o País sair da situação de colônia, porém as características desse período

permanecem iguais com prosseguimento do trabalho escravo e do latifúndio, sendo a primeira legislação voltada a educação realizada somente em 1827, abrindo-se a escola de primeiras letras, ficando a cargo de sua reformulação em 1834, a criação da escola primária e secundária além do surgimento das escolas particulares.

A escola similar ao modelo hoje conhecido aparece somente com a reforma de 1854 e a criação da escola Pedro II e dos Liceus, sendo ainda dualista, com o ensino primário de caráter público e o secundário particular. Fato também observado no período Brasileiro denominado de república velha, que embora seja caracterizado pelo fim do escravismo; ou dito de outra forma, onde os senhores já não tinham mais responsabilidade sobre a manutenção dos mesmos, em função dos altos custos, e pela proclamação da república. Cicone e Moraes dizem:

Nesse sentido, a Constituição de 1891 transferiu para os estados a responsabilidade pela educação fundamental e profissional, responsabilizando-se pela educação secundária e superior, o que reforçou o dualismo escolar na medida em que os estados não investiram os recursos necessários. Cicone e Moraes (2016, p.140)

Ainda caracterizada por uma população rural, pois a industrialização dava seus primeiros passos, esse período foi marcado pela política do café com Leite, por inúmeras revoltas populares como a de Canudos, da Vacina e da Chibata, e pela organização do movimento operário que culminou na primeira greve geral de 1917, contribuindo

para queda das oligarquias a partir de 1920. É neste mesmo período que educadores brasileiros como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo entram em contato com a escola nova de John Dewey, que culmina com o Manifesto dos Pioneiros de 1932. Xavier explica esse momento da seguinte forma:

Tendo sido lançado em 1932, o Manifesto encontra-se impregnado pelo debate intelectual da época. Uma época de grande expectativa de renovação, de esperança por parte da elite intelectual de interferir na organização da sociedade por ocasião do rearranjo político decorrente da Revolução de 30 .Xavier (2004,p.5)

Influenciados pela Revolução de 1930 que instala o Governo provisório de Vargas e cria o Ministério da Educação e Saúde em 1931, esse grupo de intelectuais propõe a superação de uma educação conservadora em que predominava os ideais católicos, para uma educação laica, de base científica, universal e de responsabilidade do Estado, apresentando um novo plano para educação, embora o mesmo não tenha tido robustez suficiente para romper com o modelo de escola presente em toda história do Brasil. É com o fim do Estado novo que as ideias da escola nova retomam através da constituição de 1946 e do anteprojeto da primeira LDB Brasileira que se estende até 1961, quando de fato é promulgada, e em 1962 entra em vigor.

As demandas por avanço na industrialização são concretizadas com o governo Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, com abertura do

país às multinacionais. Jânio Quadros e João Goulart, sucederam até o início do golpe militar, que impedia qualquer forma de oposição ou questionamento, refletindo no campo educacional com repressão a professores e estudantes, na privatização escolar, e no ensino técnico que reduzia cada vez mais os investimentos na educação, e cultuava a teoria do capital humano.

Tal modelo tecnicista destina a educação à formação de mão de obra ao mercado de trabalho, através de um ensino fragmentado que atenda prioritariamente aos interesses do capital deixando de lado o caráter crítico.

A nível mundial a crise do petróleo dos anos 90, juntamente com todo contexto brasileiro de desemprego, falta de investimento e altos juros permitiu aos militares optarem pela saída do governo sem punições, abrindo o momento da nova república com Tancredo Neves e José Sarney, sucedido por Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, que insere o modelo empresarial a esfera pública, com reforma Gerencial no Brasil, como explica Silva:

Embora o projeto neoliberal já viesse sendo implantado desde o Regime Militar, foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando eleito em 1995, que a Reforma Gerencial no Brasil começou a ser concretizada e tinha por objetivos instituir no Estado brasileiro a administração pública gerencial. (SILVA,2018,p.54)

Nesta mesma década – 1990 - a história da educação brasileira tomou rumos muitos controversos, em que vários pensadores e estudiosos da educação até vislumbraram o desfecho de muitos acontecimentos futuros no campo educacional, no entanto, a grande massa de educadores e educadoras que compõem este país, aqueles e aquelas que estão no chão da sala de aula não imaginavam e outros, ainda não sabem, os impactos que este período trouxe para a formação do professor e, conseqüentemente, para o ensino.

A Conferência Mundial de Jomtien, realizada na Tailândia sobre Educação Para Todos, onde estiveram vários dirigentes mundiais, teve por objetivo debater a educação do futuro. Deste encontro, saíram variadas proposições para alavancar a aprendizagem na educação básica, mas, também saíram articulações e alianças que paulatinamente adentrariam os espaços escolares em todos os seus patamares.

Os acordos financeiros como pano de fundo e a exploração disfarçada de ajuda, serviram de desculpas para desconfigurar a rotina escolar, transformando-a num ambiente com características tecnicistas, muito distinta da perspectiva necessária para a construção de uma aprendizagem emancipatória como a proposta pelo educador brasileiro Paulo Freire.

A real meta deste evento, promover o desenvolvimento económico e social através da educação, ficou nas entrelinhas das interpretações. O capital, no momento muito evoluído da sua crise estrutural, lança suas garras no sistema educacional de vários países subdesenvolvidos, agora denominados em desenvolvimento, dentre eles, o Brasil. Com a falácia de monitoramento, o capitalismo, foi aos

poucos, moldando as políticas educacionais brasileiras. E nas palavras de Silva, podemos comprovar:

Nessa década, portanto, mudanças que buscam o ajuste das ações do Estado às diretrizes e objetivos traçados pelos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organismo Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA) e Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram implementadas. (SILVA,2018, p 23),

A partir deste contexto, pretendemos explicitar como a pedagogia das competências se insere nas práticas pedagógicas das nossas escolas. Como ela reverbera na aprendizagem, ou a falta dela e que posicionamentos são necessários para seu enfrentamento e superação.

Tendo como principal representante Phillipe Perronoud, a pedagogia das competências chega ao Brasil e ganha bastante força, ela traz uma delimitação para o trabalho do professor, com ênfase no cotidiano escolar, funcionando como um receituário de competências profissionais.

No campo educacional, as ações do Estado se confirmaram com dois importantes documentos: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 e Planos Curriculares Nacionais, no ano seguinte. O primeiro documento trouxe no seu cerne, o alargamento do

termo educação, onde de maneira sutil, vai delegando esse processo formativo a instâncias como: família, relações sociais, trabalho, estabelecimentos de ensino, organizações e movimentos sociais e sociedade civil, dentre outros. Além disso, buscava o desenvolvimento da cidadania e preparação para o mercado de trabalho, demonstrando assim, estreita relação com os objetivos pactuados na Tailândia. O outro documento, traz orientações e recomendações para as atividades pedagógicas, que pela sistemática aplicada torna-se quase que obrigatória.

Com seu desenvolvimento começam a entrar em cena algumas instituições, fundações, empresas, que sob a aparência de contribuir e ajudar a melhorar os índices de aprendizagem da educação básica, adentraram as repartições públicas educacionais brasileiras. A política imposta era que entidades, organizações, sociedade civil, etc. fossem aos poucos assumindo responsabilidades que antes eram do Estado. Este, paulatinamente vai se desobrigando de “gastos” com o bem-estar social, ficando assim a população mais pobre vítima das mazelas sociais, como fome, desemprego, dentre outras.

Inicia-se assim, o percurso do monitoramento do processo de ensino-aprendizagem, através de uma gestão por resultados, recheada de múltiplas avaliações, que no cotidiano consome o tempo pedagógico em detrimento da aprendizagem de conteúdos que favoreçam a consolidação de um processo educativo crítico e emancipatório em detrimento a um currículo esvaziado, função do aligeiramento dos conteúdos.

Esse desdobramento se dá com a realização de formação de professores alicerçadas na pedagogia das competências, que

ancorada na epistemologia da prática dificulta a percepção, por grande parte dos educadores e educadores da escola pública se reconhecerem como reprodutores de uma educação escolar que perpetua o poder da classe dominante, capitalista. A epistemologia da prática de acordo com Brito, Lima e Silva:

supõe que o exercício intelectual do professor lhe fornecerá suporte para a crítica, a autonomia e a emancipação. Todavia, ao restringir o exercício da crítica ao fazer pedagógico em sala de aula, com a proposta de “reflexão-na-ação”, recupera o paradigma tecnicista. (BRITO, LIMA E SILVA, 2017, p.158)

O fazer pedagógico em sala de aula constitui-se numa mera aplicação de uma rotina previamente prescrita, tendo em vista que os professores recebem material pronto dos órgãos educacionais superiores e dessa forma, o mesmo é reduzido a mero executor, sendo-lhe negado o direito de promover uma aula que leve em conta a realidade e o contexto social em que a escola está inserida, uma vez que o mesmo material prescrito é destinado a todas as intuições escolares, dessa forma, negando seu caráter central de ação transformadora. Ação esta que precisa ser refletida, e novamente executada de maneira a promover a emancipação humana, através de uma análise crítica da realidade com vistas à humanização e conscientização dos sujeitos sociais envolvidos, relacionando teoria e prática em sala de aula convertendo-se, assim, na práxis, que podemos compreender da seguinte forma, segundo Pereira (1990, p.70) “a ação do homem é duplamente

transformadora. Transforma a natureza, e ao transformá-la, transforma a si mesmo. Em maior ou menor medida, é a práxis”.

Na contramão do entendimento acima apresenta-se a pedagogia das competências, que limita o caráter criativo e reflexivo do profissional da educação, fato este que foi alargado com a invasão no campo educacional pelos órgãos financiadores, e legitimada por uma formação de professores que corrobora para a alienação de grande parte destes profissionais. Concordamos com Silva (2020, p.9) quando afirma que: “a transposição das competências comuns ao campo mercadológico para o currículo escolar busca estabelecer o “diálogo” entre os conhecimentos formalizados pelas políticas vigentes e pela experiência do trabalho pedagógico”. O trabalho pedagógico, sob essa óptica, perpetua a ideologia da classe dominante, subalternizando cada vez mais os filhos da classe trabalhadora, uma vez que estes passam a ter acesso a um currículo cada vez mais esvaziado para que os mesmos sejam somente preparados para atender o mercado de trabalho cada vez mais precarizado.

Nessa perspectiva de favorecimento a lógica do capital, a pedagogia das competências traz os fundamentos para este processo como nos mostra Rios *apud* Holanda, Freire e Gonçalves (2009), a competência na formação de professores sustenta-se sobre quatro fundamentos, são eles: a competência técnica, a competência política, a competência ética e a competência estética. Para ela, na competência técnica o professor tem de tratar da habilidade de construir junto com os alunos os conteúdos, conceitos, atitudes, etc. A dimensão política, relaciona-se com direitos e deveres, enquanto coletividade, já a dimensão ética envolve a ação, cujo encaminhamento aponta para o bem coletivo, ancorado na

solidariedade e respeito. Por último, a dimensão estética utiliza a criatividade para abordar a presença da sensibilidade e da orientação. Assim, a boa qualidade de conhecimentos consolida-se a partir da junção dessas dimensões, segundo a autora.

Embora aparentemente essas quatro dimensões citadas acima pareçam contribuir para o desenvolvimento humano em sua totalidade, percebe-se na prática, uma total distorção que não contribui para a emancipação humana, nem tão pouco deixa margem para a criticidade e criatividade em sala de aula, engessando a prática pedagógica do professor e conseqüentemente a aprendizagem do aluno uma vez que ambos devem deter-se a conseguir bons resultados nas avaliações impostas. De acordo com Brito, Lima & Silva (2017, p. 151) “o espaço político da ação do professor torna-se cada vez mais esvaziado, à medida que não lhes são dadas condições de refletir sobre sua prática. Exige-se do professor a “reflexão na ação”, nos termos dos programas de formação continuada”.

Diferentemente do proposto a busca é pela reflexão-ação-reflexão, como ato político de luta e resistência contra a hegemonia, fazendo-se necessário, desenvolver o pensamento crítico proposto por bell hooks (2020, p. 33), quando diz, “É uma forma de abordar ideias que tem por objetivo entender as verdades centrais, subjacentes, e não simplesmente a verdade superficial que talvez seja a mais óbvia”.

O professor precisa ler nas entrelinhas, no discurso daqueles que estão no poder, para não ser mão de obra a favor do interesse do capital. A conscientização de que seu papel é libertar, humanizar, transformar a realidade, engajando-se no processo juntamente com os alunos para superar a aparência e ver descortinada a verdadeira

essência dos processos formativos, permite ao professor realizar uma prática revolucionária, uma prática para a libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alicerçado no que foi disposto no texto observou-se que a educação tem importância essencial na vida humana e é influenciada por processos históricos, econômicos e sociais nas diversas sociedades, Dessa forma compreende-se que a Educação não pode ser entendida sem levar-se em conta todo o contexto que perpassa a sociedade, sendo necessário, muitas vezes um embasamento que considere desde o contexto mundial até o contexto local. Esse passeio histórico permite perceber que fatores influenciaram mudanças nas relações no mundo do trabalho, como também no campo educacional. O neoliberalismo, na busca por acumulação do capital alargou cada vez mais os níveis de desigualdades em países mais fragilizados economicamente.

A educação, no cenário atual, baseada nas ideias neoliberais, e na pedagogia das competências contribui para uma alienação que afeta tanto professores quanto alunos, uma vez que é solicitados dos profissionais a transmissão de conhecimento de forma sistemática, distanciando-se de uma educação voltada à formação integral do homem, de caráter crítico e consciente, a educação é regida pela lógica mercadológica baseada na produtividade.

Portanto, na incessante luta contra a hegemonia faz-se necessário que o educador, a educadora adote práticas educativas inovadoras, de cunho revolucionário, que inverta à lógica imposta nas formações. Para isto, os mesmos precisam se reconhecer como oprimidos, dentro do contexto escolar e da sala de aula, para assim

ressignificar seu fazer pedagógico, buscando a plena consciência dos seus atos, ampliando sua visão de mundo almejando a transformação da sua realidade e daqueles que o rodeia, consciência esta que deve buscar o bem estar da coletividade como ato de responsabilidade social, portanto, um ato político de posicionamento crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Braziliense, 2007.

BRITO, Lúcia Helena; LIMA, Lydyane Maria Pinheiro; SILVA, Sirneto Vicente.

Formação de professores e prática docente: uma reflexão à luz do pensamento crítico Marxista. *Dialectus*. Ano 4, n.10, p.150-168. jan-jul. 2017

CICONE, Reinaldo Barros.; MORAES, Leandro Eliel Pereira. **História da Educação.** Londrina: educacional S/A, 2016.

HOLANDA, Francisca Helena; FRERES Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. A pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Fortaleza, ano 1, n.1, p.122-135, jan. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23045>. Acesso em: 18 Jul. 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.* Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020

PEREIRA, Oaviano. **O que é teoria.** 7.ed. São Paulo: Braziliense, 1990.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de Classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Sirneto Vicente. **“Para além do saber”**: a formação dos professores do pnaic e seu impacto na aprendizagem dos educandos do ciclo de alfabetização do município de russas-ceará. Orientador: José Eudes Baima Bezerra. 2018. Dissertação (Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino) Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2018

SILVA, Terezinha de Jesus Amaral. O currículo por competências e habilidades: investigando concepções, impressões e práticas de professores frente aos desafios antes, durante e pós-pandemia. UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, UEMA-Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2020.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2002.

XAVIER, Libânia Nacif. O manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.